

ALEXANDRE KISE
JERSON CARNEIRO GONÇALVES JUNIOR
VÂNIA SICILIANO AIETA

Direito urbanístico e ambiental constitucional

*A valorização das Cidades e dos cidadãos e do dever
constitucional de defendê-lo e preservá-lo para as presentes
e futuras gerações no Estado Democrático de Direito*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Sumário

Prefácio	1
Introdução	7
Curriculum dos autores	9

Primeira parte

Fundamentos do Direito Ambiental Constitucional

1. Noções gerais em matéria ambiental	17
1.1. Conceito de Direito Ambiental e direito fundamental ambiental	17
1.2. Elementos vinculantes da relação jurídica ambiental: sujeito ativo e sujeito passivo	21
1.3. Fontes do Direito Ambiental e regime jurídico ambiental	28
1.3.1. Conceito de fonte de direito	28
1.3.2. Espécies de fontes de leis formais	29
1.3.3. Constituição Federal	29
1.3.4. Tratados internacionais na formação do Direito Ambiental	33
1.3.5. Das Leis (ato normativo primário)	36
1.3.6. Códigos (ou leis nacionais)	38
1.3.7. Leis federais	38
1.3.8. Leis estaduais ambientais	39
1.3.9. Leis distritais ambientais	40
1.3.10. Leis municipais ambientais	40
1.3.11. Atos administrativos (atos normativos secundários)	42
1.3.12. Ordenamento Jurídico Ambiental	42
1.3.13. Jurisprudência na formação do Direito Ambiental.	43
1.3.14. Doutrina na formação do Direito Ambiental	43
1.3.15. Costume na formação do Direito Ambiental	44
1.4. Interpretação do Direito Ambiental	45
1.5. Equidade	62
2. A Constituição Federal e o meio ambiente	67
2.1. O Meio ambiente como direito fundamental	67
2.2. Competências Constitucionais Ambientais	71
2.2.1. Introdução	71
2.2.2. Classificação das competências	75
2.2.3. Competência Legislativa	76

2.2.4. Competência Material	78
2.2.5. Eficácia das normas constitucionais de competência	80
2.2.6. Critérios para a distinção das competências estadual e municipal ambiental	80
3. Princípios do Direito Ambiental	83
3.1. Princípios Fundamentais do Direito Ambiental	83
3.1.1. Princípio do Meio Ambiente como Direito Humano Fundamental ..	86
3.1.2. Princípio do Desenvolvimento Sustentável (Equilíbrio)	86
3.1.3. Princípio da Função socioambiental da propriedade	89
3.1.4. Princípios da Prevenção e Precaução	90
3.1.5. Princípio da responsabilização das condutas Lesivas ao meio Ambiente	92
3.1.6. Princípio da Cooperação Internacional em Matéria Ambiental	92
3.2. Princípios Específicos do Direito Ambiental	93
3.2.1. Princípio do Poluidor-Pagador	94
3.2.2. Princípio da informação e da notificação ambiental.	96
3.2.3. Princípio da Educação Ambiental	96
3.2.4. Princípio da eliminação dos modos de produção e consumo e da política demográfica adequada	97

Segunda parte

Poder público e meio ambiente

4. Administração Pública Ambiental	101
4.1. Conceito	101
4.2. Administração direta: As pessoas jurídicas	102
4.2.1. Descentralização e Desconcentração ambiental	102
4.3. Administração Pública Federal e meio ambiente	105
4.3.1. Poder Executivo Federal: Presidente da República	105
4.3.2. Ministério do Meio Ambiente	106
4.3.3. Advocacia Geral da União	108
4.4. Administração Pública Estadual em matéria ambiental	113
4.4.1. Procuradores dos Estados	114
4.5. Administração Pública ambiental Distrital – Distrito Federal	115
4.5.1. Procurador distrital	120
4.5.2. Secretaria Distrital Ambiental	120
4.6. Administração Pública ambiental Municipal	120
4.6.1. Procurador do município	121
4.6.2. Secretaria Municipal Ambiental	122
4.7. Administração indireta (descentralização)	122

4.7.1. Autarquias em matéria ambiental	124
4.7.2. Agências reguladoras em matéria ambiental	126
4.7.3. Fundações Públicas ambientais	127
4.7.4. Empresa pública ambiental	127
4.8. Organizações sociais em matéria ambiental	128
4.9. Organização da sociedade civil de interesse público em matéria ambiental	130
5. Poderes Administrativos em matéria ambiental	133
5.1. Poder vinculado	133
5.2. Poder discricionário	134
5.3. Poder hierárquico	135
5.4. Poder disciplinar	136
5.5. Poder regulamentar (ou Poder normativo)	137
5.6. Poder de polícia	139
6. O Ministério Público na defesa do meio ambiente	145
6.1. O Ministério Público Federal (MPF)	146
6.2. Os Ministérios Públicos dos Estados (MPE)	147
6.3. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)	147
6.4. O Ministério Público do Trabalho (MPT)	148
7. Meio ambiente e Poder Legislativo	149
8. Meio ambiente e O Poder Judiciário	153

Terceira parte

A comunidade e o meio ambiente

9. Soberania Popular Ambiental	159
9.1. A Participação Popular na proteção do Meio Ambiente	163
9.1.1. Introdução	164
9.1.2. Conceito da Cidadania, princípio fundamental da cidadania relacionado a outros princípios fundamentais e ao Meio Ambiente.	178
9.1.3. Democracia Participativa em matéria Ambiental e autonomia Municipal para tomada de decisões de interesse local.	187
9.1.4. Iniciativa Popular de Lei Municipal Ambiental: obriga os poderes locais do Município de Guarulhos a criar condições de mercado para madeira produzida de forma sustentável na Amazônia	193
9.1.5. Considerações Finais	203
9.2. O controle popular na proteção do meio ambiente	204
9.2.1. Conceito de controle popular	206
9.2.2. Fundamentos e classificações	208
9.2.3. Controle popular legislativo	211

9.2.4. Controle popular Administrativo	212
9.2.5 Controle popular judicial	215

Quarta parte
Direito material

10. Instrumentos de Proteção Ambiental	227
10.1. Estudos Ambientais	227
10.1.1. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental	229
10.1.2. Outros Estudos Ambientais	251
10.2. Poder de Polícia Ambiental	251
10.3. Licenciamento Ambiental	256
10.4. Zoneamento Ambiental	267
11. Políticas de Proteção ao Meio Ambiente	269
11.1. Política Nacional do Meio Ambiente	269
11.1.1. Princípios	269
11.1.2. Objetivos	270
11.1.3. Sujeitos	271
11.1.3.1. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	271
11.1.3.2. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)	272
11.1.4. Instrumentos	274
11.2. Outras Políticas de Proteção	274
11.2.1. Políticas Estaduais	275
11.2.1.1. Estado de São Paulo	275
11.2.1.1.1. Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente (SEAQUA)	276
11.2.2. Políticas Municipais	277
12. O Meio Ambiente Natural	279
12.1. A Proteção Jurídica da Flora e da Fauna	279
12.1.1. Legislação de Proteção Florestal	280
12.1.2. Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica	282
12.1.3. Legislação de Proteção à Fauna	283
12.2. A Proteção Jurídica da Biodiversidade	285
12.3. Direito de Águas	289
12.3.1. Política Nacional de Recursos Hídricos	291
12.3.2. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	295
12.4. Domínio Público do subsolo: recursos minerais	296
13. O Meio ambiente Urbano	301
13.1. Política Urbana	304

13.1.1. Ordenamento Urbano	307
13.1.2. Estatuto das Cidades	310
13.1.3. Parcelamento do Solo Urbano	312
14. O Meio Ambiente Cultural	313
14.1. Patrimônio Cultural	314
14.2 A Tutela do Patrimônio Cultural	314
14.3. Populações Tradicionais: proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado	315
15. O Meio Ambiente do Trabalho	321
15.1. Conceito	321
15.2. Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho	321
15.3. Tutela Constitucional	322
16. Responsabilidades em matéria ambiental	323
16.1. Dano Ambiental e sua reparação	323
16.2. Responsabilidade Civil	325
16.3. Responsabilidade Administrativa	325
16.3.1. Infrações e Sanções	326
16.3.2. Procedimento	328
16.4. Responsabilidade Penal: Crimes Ambientais	329
16.4.1. Aspectos relevantes	330
16.4.2. Bens Jurídicos Específicos	333
17. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos	335
17.1. Fundamento Constitucional	335
17.2. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)	335
17.2.1. Estrutura	336
17.2.2. Criação e Implantação	337
17.2.3. Categorias de Unidades de Conservação	337
17.2.3.1. Unidades de Proteção Integral	338
17.2.3.2. Unidades de Uso Sustentável	339
17.3. Áreas de Preservação Permanente	342
17.4. Reserva Legal	342
17.5. Reservas de Biosfera	343